

SUMÁRIO



TJ PA - Tribunal de Justiça do Pará Analista Judiciário – Especialidade: Serviço Social

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	15
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual..	24
Emprego de tempos e modos verbais.....	28
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	30
Emprego das classes de palavras.....	38
Emprego dos sinais de pontuação.....	50
Concordância verbal e nominal.....	54
Regência verbal e nominal.....	56
Emprego do sinal indicativo de crase.....	59
Colocação dos pronomes átonos.....	60
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	62
Significação das palavras.....	64
Questões.....	72
Gabarito.....	87

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral.....	1
Ética, princípios e valores.....	3
Ética e democracia: exercício da cidadania.....	4
Ética e função pública.....	6
Ética no setor público.....	9
Código de ética profissional do serviço público (decreto nº 1.171/1994).....	11
Lei nº 8.112/1990 E alterações; regime disciplinar (deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades).....	15
Lei nº 8.429/1992: Disposições gerais; atos de improbidade administrativa.....	61
Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção).....	66
Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo federal).....	73
Resolução tjpa nº 14/2016 (código de ética do tribunal de justiça do Pará).....	84

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Questões	91
Gabarito.....	95

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

Comportamento organizacional.....	1
Comunicação interpessoal	1
Barreiras à comunicação; comunicação formal e informal na organização; comportamento grupal e intergrupal; processo de desenvolvimento de grupos	2
Teorias da motivação: motivação e recompensas intrínsecas e extrínsecas; motivação e contrato psicológico teorias da motivação: motivação e recompensas intrínsecas e extrínsecas; motivação e contrato psicológico	4
Percepção, atitudes e diferenças individuais	10
Administração de conflitos.....	11
Liderança e poder: teorias da liderança	14
Desempenho e suporte organizacional.....	15
Desenvolvimento organizacional.....	17
Qualidade de vida no trabalho.....	19
Clima organizacional	19
Cultura organizacional.....	22
Modelos de gestão de pessoas; gestão de equipes; gestão participativa	28
Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público	34
Processos participativos de gestão pública :conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade	38
Transparência da administração pública: accountability; governabilidade e governança.....	41
Controle social e cidadania	49
Excelência nos serviços públicos	52
Gestão por resultados na produção de serviços públicos.....	58
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	68
Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo)	72
O ciclo do planejamento em organizações (pdca); balanced scorecard (bsc).....	82
Principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas	86
Referencial estratégico das organizações.....	89
Análise de ambiente interno e externo: ferramentas de análise de ambiente	97
Análise swot, análise de cenários, matriz gut.....	105
Negócio, missão, visão de futuro, valores.....	107
Indicadores de desempenho: tipos de indicadores; variáveis componentes dos indicadores.....	117

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Resolução nº 325/2020 (dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do poder judiciário e dá outras providências).....	119
Plano estratégico do poder judiciário do estado do pará para o período de 2021 a 2026, revisado pela resolução tjpa nº 2/2023: missão, visão, valores e macrodesafios do tribunal de justiça do estado do pará.....	123
Portaria tjpa nº 1132/2025-gp, de 19 de fevereiro de 2025 (dispõe sobre o índice de eficiência judiciária do poder judiciário do estado do pará (ie-jud) e atualiza a sua metodologia: definição, objetivo e indicadores.....	124
Questões	133
Gabarito.....	137

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Equipamentos de microinformática: computador, monitor de vídeo, teclado, mouse, impressora, escâner (digitalização), multifuncional, webcam; portas usb e outros conectores; dispositivos removíveis.....	1
Identificação e utilização das teclas de digitação, escape, combinação, função, navegação.....	7
Sistema operacional microsoft windows: operações de iniciar, reiniciar, desligarlogin, logoff, bloquear e desbloquear; área de trabalho, ícones e atalhos; menu iniciar e barra de tarefas; execução de programas; gerenciador de tarefas do windows; janelas; menus, faixa de opções e barras de comandos e de ferramentas; barra de estado; menus de contexto e atalhos de teclado; operações de mouse, apontar, mover, arrastar; resolução de tela e configuração de múltiplos monitores de vídeo; unidades locais e mapeamentos de rede; rede e compartilhamento; dispositivos e impressoras. Arquivos e pastas (diretórios): nomes, extensões e tipos de arquivos; utilização do windows explorer; operações de abrir, criar, renomear, mover, copiar e excluir arquivos e pastas; compactar e descompactar arquivos (zip).....	7
Cópias de segurança (backup).....	30
Editor de texto microsoft word e libreoffice writer: criação e edição de documentos de texto; formatação de caractere, parágrafo, página, marcadores, numeração, estrutura de tópicos, cabeçalho e rodapé; ortografia e gramática, idioma e hifenização; tabelas; figuras e galeria; visualização e impressão; exportar como pdf.....	32
Planilha eletrônica microsoft excel e libreoffice calc: criação e edição de pastas de trabalho (documentos) e planilhas de cálculo (abas); referências a células; fórmulas e funções matemáticas, lógicas, de texto e de data e hora; formatação de células, condicional, cabeçalho e rodapé; importação de arquivos csv; visualização e impressão; exportar como pdf.....	54
Redes, internet e intranet: noções básicas redes de computadores, internet e intranetweb, navegadores; mozilla firefox, janelas e abas, limpar dados de navegação (histórico, cookies, cache), plug-ins; reconhecimento e digitação de endereços (url), sítios (sites)caminhos e páginas; identificação e navegação por ligações (links); interação com controles e preenchimento de formulários; reconhecimento de cadeado de segurança (https) e prováveis golpes e fraudes	77
Correio eletrônico (e-mail) e agenda: identificação de nomes e endereços de correio eletrônico; remetente, destinatários, cópias e cópias ocultas; webmail; receber e enviar mensagens; incluir, remover e salvar arquivos anexos; formatação; pesquisar e classificar mensagens; regras e filtros de mensagens; organização em pastas, lixeira e arquivamento; gerenciar contatos, listas, agenda/calendário e tarefas; tratamento de lixo eletrônico (spam), reconhecimento de prováveis golpesfraudes e boatos.....	83

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Segurança da informação, segurança cibernética e proteção da privacidade: conceitos fundamentais de segurança da informação, confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade, não-repúdio e privacidade; ameaças em computadores e redes; cuidados com a escolha e uso de senhas; boas práticas de prevenção de códigos maliciosos (malware, vírus, cavalos de troia, ransomware e outras pragas virtuais) em mídias removíveis, repositórios de rede, anexos em mensagens e links de páginas web	88
Cuidados para proteção de dados pessoais à luz da lei geral de proteção de dados (lgpd)	98
Certificação digital: conceitos fundamentais de certificado digital de pessoa física e jurídica; identificação de validade e outros atributos de um certificado digital; icp-brasil, autoridades certificadora e de registro; token e outras mídias de certificado digital; conceitos, uso e cuidado de pin e puk; assinatura digital	101
Videoconferência: agendar, organizar, apresentar e participar de reuniões remotas por videoconferência; ajustes de visualização, áudio e vídeo; recursos de mensagens de texto (chat) e gravação	103
Questões	119
Gabarito	125

POLÍTICAS DE SAÚDE

Diretrizes e bases da implantação do sus	1
Constituição da república federativa do brasil – seção ii da saúde (art. 196 A 202)	39
Constituição do estado do pará – seção iii da saúde e do saneamento (art. 263 A 270)	44
Organização da atenção básica no sistema único de saúde	47
Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças	54
Reforma sanitária e modelos assistenciais de saúde – vigilância em saúde	65
Indicadores de nível de saúde da população	75
Políticas de descentralização e atenção primária à saúde	86
Doenças de notificação compulsória no estado do pará; doenças de notificação compulsória estadual e nacional	95
Calendário nacional de vacinação	99
Resolução cnj nº 207/2015 e suas alterações (política de atenção integral à saúde de m_agistrados e servidores do poder judiciário)	102
Questões	109
Gabarito	113

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social	1
Institucionalização do serviço social ao movimento de reconceituação na américa latina, em particular no brasil	6
Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos	12

SUMÁRIO



Redimensionamento da profissão ante as transformações societárias	16
Condições e relações de trabalho, espaços sócio-ocupacionais, atribuições	20
O projeto ético-político do serviço social: construção e desafios	23
Fundamentos éticos, ética profissional	24
Legislação específica: lei de regulamentação da profissão (lei nº 8.662/1993) Código de ética profissional do assistente social	29
A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional ...	33
Formulação de projeto de intervenção profissional.....	35
Aspectos teóricos e metodológicos.....	35
Fundamentos, instrumentos e técnicas de pesquisa social	36
O planejamento como processo técnico-político: concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos.....	36
A dimensão técnico-operativa do serviço social.....	38
Concepções e debates sobre instrumentos e técnicas.....	44
Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva	45
Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social	50
Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar.....	59
Questão social e direitos de cidadania.....	66
Formas de expressão, enfrentamento e serviço social.....	70
Política social: fundamentos, história e políticas; seguridade social no brasil: relação estado/sociedade; contexto atual e neoliberalismo.....	71
Políticas de saúde, de assistência social e de previdência social e respectivas legislações.....	81
Políticas e programas sociais dirigidas aos segmentos: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, homens, afrodescendentes, pessoas com deficiência, pessoas com transtorno mental, pessoas vítimas de violência, usuários de álcool e outras drogas, e respectivas legislações.....	87
Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente	90
Concepções e modalidades de família.....	91
Estratégias de atendimento e acompanhamento	93
Legislação: lei nº 8.212/1991	94
Lei nº 3.807/1960	132
Lei nº 8.742/1993	166
Lei nº 8.080/1990	184
Lei nº 8.213/1991	184
Lei nº 10.741/2003	227
Lei nº 11.340/2006.....	247
Lei nº 8.069/1990	259
Programa nacional de direitos humanos – pndh-3.....	325
Política nacional de saúde mental.....	327
Sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (sisnad).....	329
Decreto nº 3.298/1999 (Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência)	355

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Saúde do trabalhador e a intervenção do serviço social ; exames de saúde ocupacional: admissional; periódico; demissional	368
Retorno ao trabalho; readaptação funcional; sofrimento e doenças mentais relacionadas ao trabalho.....	376
Avaliação biopsicossocial.....	384
Resolução cnj 207/2015 e atualizações.....	389
Resolução cnj nº 401/2021.....	395
Lei nº 7.853/1989	404
Lei federal nº 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência - livro i).....	409
Lei complementar nº 142/2013.....	440
Decreto federal nº 3.298/ 1999 E suas alterações	442
Lei nº 12.764/2012	455
Resolução cnj nº 343/2020 e suas alterações	457
Resolução tjpa nº 17/2021 e suas alterações	463
Questões	469
Gabarito.....	474

LEGISLAÇÃO

Regimento interno do tribunal de justiça do estado do pará.....	1
Lei estadual nº 5.810/1994 E suas alterações (regime jurídico único dos servidores públicos do estado do pará)	76
Lei estadual nº 10.803/2024 (Novo plano de cargos, carreiras e remunerações)	118
Lei estadual nº 10.803/2024 (Novo plano de cargos, carreiras e remunerações)	128
Lei estadual nº 8.972/2020 E suas alterações (regula o processo administrativo no âmbito da administração pública do estado do pará).....	138
Resolução nº 351/2020 (política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação).....	162
Questões	172
Gabarito.....	175

ATUALIDADES

Atualidades.....	1
------------------	---



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Ética é uma palavra de origem grega “ethos” que significa caráter. Sendo assim, diferentes filósofos tentaram conceituar o termo ética:

Sócrates ligava-o à felicidade de tal sorte que afirmava que a ética conduzia à felicidade, uma vez que o seu objetivo era preparar o homem para o autoconhecimento, conhecimento esse que constitui a base do agir ético. A ética socrática prevê a submissão do homem e da sua ética individual à ética coletiva que pode ser traduzida como a obediência às leis.

Para Platão a ética está intimamente ligada ao conhecimento dado que somente se pode agir com ética quando se conhece todos os elementos que caracterizam determinada situação posto que somente assim, poderá o homem alcançar a justiça.

Para José Renato Nalini “ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.¹

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida por meio das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”. Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”

ÉTICA
Ethos (grego): caráter, morada do ser;
Disciplina filosófica (parte da filosofia);
Os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana;
Ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade;
Teórica, universal (geral), especulativa, investigativa;
Fornece os critérios para eleição da melhor conduta.

— Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego Mos ou Morus, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

¹ [NALINI, José Renato. Conceito de Ética. Disponível em: www.aureliano.com.br/downloads/conceito_etica_nalini.doc.]
 [ADOLFO SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Ética, p. 12. Para o autor, Ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.]
 [Ciência, recorda MIGUEL REALE, é termo que “pode ser tomado em duas acepções fundamentais distintas: a) como ‘todo conjunto de conhecimentos ordenados coerentemente segundo princípios’; b) como ‘todo conjunto de conhecimentos dotados de certeza por se fundar em relações objetivas, confirmadas por métodos de verificação definida, suscetível de levar quantos os cultivam a conclusões ou resultados concordantes’” (Filosofia do direito, p. 73, ao citar o Vocabulaire de la philosophie, de LALANDE).]
 [EDUARDO GARCÍA MÁYNEZ, Ética - Ética empírica. Ética de bens. Ética formal. Ética valorativa, p. 12.]



Administração Pública e Poder Judiciário

Comportamento organizacional é o estudo do comportamento humano no contexto das organizações. Ele se preocupa em entender como as pessoas interagem entre si e com o ambiente organizacional, como tomam decisões, como se comunicam e como se comportam em grupo. É um tema de grande importância para a administração, pois o sucesso de uma organização depende em grande parte da forma como seus membros se comportam e trabalham juntos.

Um dos aspectos mais estudados no comportamento organizacional é a motivação. A motivação é a força que impulsiona uma pessoa a agir de determinada maneira e a alcançar seus objetivos. As empresas procuram motivar seus funcionários para que estes se sintam mais engajados, produtivos e satisfeitos. Para isso, utilizam diferentes estratégias, como remuneração adequada, reconhecimento pelo trabalho realizado, oportunidades de crescimento na empresa, entre outras.

Outro aspecto importante do comportamento organizacional é a liderança. A liderança é a habilidade de influenciar pessoas para que elas ajam em direção aos objetivos da organização. Existem diferentes estilos de liderança, que variam de acordo com as características do líder e da situação em que se encontram. Alguns estilos de liderança mais comuns são o autocrático, o democrático e o laissez-faire.

O trabalho em equipe também é uma área de interesse no comportamento organizacional. A capacidade de trabalhar bem em equipe é fundamental para o sucesso de uma organização, pois muitas tarefas requerem a colaboração de diferentes pessoas. Para que o trabalho em equipe seja eficaz, é importante que os membros da equipe possuam habilidades de comunicação, sejam flexíveis e saibam trabalhar em conjunto para alcançar um objetivo comum.

Por fim, o comportamento ético é outro tema relevante no contexto organizacional. As organizações são compostas por indivíduos com diferentes valores, crenças e éticas. É importante que todos os membros da organização tenham um comportamento ético, para que a empresa mantenha a sua reputação, a confiança do público e evite problemas legais.

Em resumo, o comportamento organizacional é uma área fundamental da administração, que se preocupa em entender como as pessoas se comportam e interagem em uma organização. Ele abrange temas como motivação, liderança, trabalho em equipe e ética, e é essencial para o sucesso de qualquer empresa.



Comunicação interpessoal

A comunicação interpessoal é a troca de informações, sentimentos e ideias entre duas ou mais pessoas. É uma habilidade fundamental para o sucesso em praticamente todos os aspectos da vida, desde relacionamentos pessoais até ambientes de trabalho. Aqui estão alguns pontos importantes sobre comunicação interpessoal:

- **Escuta Ativa:** Uma comunicação eficaz começa com a capacidade de ouvir atentamente o que o outro está dizendo, demonstrando interesse genuíno e compreensão.
- **Expressão Clara:** Comunicar suas próprias ideias de forma clara e concisa é essencial para evitar mal-entendidos e garantir que sua mensagem seja recebida como pretendido.
- **Empatia:** Compreender as emoções e perspectivas dos outros é crucial para construir relacionamentos sólidos e resolver conflitos de maneira construtiva.
- **Assertividade:** Ser capaz de expressar suas opiniões e necessidades de maneira respeitosa e direta, sem ser agressivo ou passivo, é fundamental para estabelecer limites saudáveis e manter relacionamentos equilibrados.
- **Feedback Construtivo:** Oferecer e receber feedback de forma construtiva e não defensiva é essencial para o crescimento pessoal e profissional.



O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU



O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

— Princípios e Diretrizes do SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

– **Universalidade:** Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

– **Integralidade:** A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

– **Equidade:** Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.

Diretrizes Organizativas

Além dos princípios doutrinários, o SUS é organizado de acordo com diretrizes que orientam como o sistema deve ser estruturado e gerido em todo o território nacional. Essas diretrizes garantem que o SUS funcione de forma eficiente, descentralizada e participativa. As principais diretrizes organizativas são:



O Serviço Social é uma profissão que desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar social e na defesa dos direitos humanos, sendo essencial para o enfrentamento das desigualdades sociais. Sua atuação é marcada por um compromisso com a justiça social, a equidade e a dignidade humana, objetivos que se refletem tanto nas políticas públicas quanto nas práticas institucionais. A complexidade e a diversidade dos problemas sociais exigem dos assistentes sociais uma formação sólida, baseada em princípios éticos e em uma compreensão crítica das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que afetam a vida das pessoas.

Historicamente, o Serviço Social emergiu como resposta às profundas transformações sociais ocorridas a partir da Revolução Industrial. Inicialmente, a profissão se desenvolveu em um contexto de filantropia e caridade, com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da urbanização e da industrialização, especialmente entre as populações mais vulneráveis. No entanto, ao longo do século XX, o Serviço Social passou por significativas mudanças teóricas e metodológicas, distanciando-se de suas raízes assistencialistas para adotar uma abordagem mais crítica e emancipatória.

No Brasil, a trajetória do Serviço Social é marcada por momentos de grande transformação e por uma crescente profissionalização. Desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social nas décadas de 1930 e 1940 até os movimentos de reconceituação nas décadas de 1960 e 1970, a profissão evoluiu continuamente, adaptando-se às mudanças políticas, econômicas e sociais do país. A redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram marcos importantes que fortaleceram o papel do Serviço Social na promoção dos direitos sociais e na defesa da cidadania.

A dimensão teórico-metodológica do Serviço Social é igualmente rica e diversificada. Os profissionais da área utilizam uma variedade de abordagens teóricas para analisar as questões sociais, como a teoria crítica, a sociologia compreensiva e a teoria sistêmica. Essas abordagens permitem uma compreensão aprofundada das estruturas e dinâmicas sociais, possibilitando intervenções mais eficazes e contextualizadas. Metodologicamente, o Serviço Social emprega diferentes técnicas de intervenção, incluindo o estudo de caso, o trabalho em grupo e a intervenção comunitária, cada uma adequada a contextos específicos e necessidades diversas.

O significado social do Serviço Social transcende a prática profissional diária. Os assistentes sociais atuam como agentes de mudança, trabalhando em prol da inclusão social, da justiça e da equidade. Eles estão presentes em diversas áreas, como saúde, educação, justiça, assistência social e empresas, sempre buscando garantir o acesso a direitos e melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis. A profissão enfrenta desafios significativos, como a precarização das condições de trabalho e a escassez de recursos, mas continua a lutar pela valorização profissional e pela ampliação dos direitos sociais.

— Dimensão Histórica do Serviço Social

Origem e Desenvolvimento

O Serviço Social surgiu no início do século XX, como resposta às profundas transformações sociais e econômicas decorrentes da Revolução Industrial. A industrialização acelerada e a urbanização intensiva criaram novas formas de pobreza e exclusão social, exigindo intervenções organizadas e sistemáticas. Inicialmente, o Serviço Social teve um caráter filantrópico e assistencialista, voltado para a mitigação das necessidades imediatas das populações mais vulneráveis, como trabalhadores industriais, imigrantes e moradores de áreas urbanas pobres.

Na Europa, especialmente na Inglaterra e na Alemanha, a profissão começou a se institucionalizar no final do século XIX e início do século XX. O movimento do Settlement House, iniciado em Londres com a fundação de Toynbee Hall em 1884, exemplifica a tentativa de melhorar as condições de vida nas áreas urbanas pobres através da convivência e assistência direta dos trabalhadores sociais. Na Alemanha, a figura de Alice Salomon foi fundamental na formalização da profissão, com a criação de programas educacionais para assistentes sociais.



REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, estabelece a competência dos seus órgãos administrativos e jurisdicionais, regula o processamento e o julgamento dos feitos que lhe são atribuídos pelas leis e institui a disciplina de seus serviços.

Art. 2º Ao Tribunal cabe o tratamento de “Egrégio”, seus integrantes têm o título de “Desembargador”, recebem o tratamento de “Excelência” e usarão, nas sessões públicas, vestes talares.

TÍTULO I DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo por sede a cidade de Belém e jurisdição em todo o Estado do Pará, é composto de 30 (trinta) Desembargadores e dos seguintes órgãos de julgamento:

- I- Tribunal Pleno;
- II- Conselho de Magistratura;
- III- Seção de Direito Público; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 5, de 14 de dezembro de 2016)
- IV- Seção de Direito Privado; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 5, de 14 de dezembro de 2016)
- V- Seção de Direito Penal; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 5, de 14 de dezembro de 2016)
- VI- Turmas de Direito Público; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 5, de 14 de dezembro de 2016)
- VII- Turmas de Direito Privado; (Acrescentado pela Emenda Regimental nº 5, de 14 de dezembro de 2016)
- VIII- Turmas de Direito Penal. (Acrescentado pela Emenda Regimental nº 5, de 14 de dezembro de 2016)

Art. 4º Dependerá de iniciativa do Tribunal Pleno o aumento do número de Desembargadores, o que somente será possível, quando ocorrerem os pressupostos constitucionais, cumpridas as normas infraconstitucionais vigentes.

Art. 5º O cargo de Desembargador será provido mediante acesso de Juizes de Direito de última entrância, pelos critérios de merecimento e de antiguidade, alternadamente, ressalvado o 1/5 (um quinto) dos lugares reservados a advogados e membros do Ministério Público, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e normas vigentes.

§ 1º Constatada a vaga, o Tribunal de Justiça verificará, preliminarmente, se o seu preenchimento cabe a Juiz de Direito, Advogado ou Membro do Ministério Público.

§ 2º Se o preenchimento da vaga couber a Juiz de Direito, será fixado o acesso ao Tribunal de Justiça, e, em sessão pública, mediante votação nominal, aberta e fundamentada, será feita a indicação, no caso de antiguidade, ou organizada lista tríplice, no caso de merecimento.

§ 3º A promoção deverá ser realizada até 40 (quarenta) dias da abertura da vaga, cuja declaração se fará nos 10 (dez) dias subseqüentes ao fato da vacância.

§ 4º O prazo para abertura da vaga poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa fundamentada da Presidência do Tribunal.



MUNDO

REELEIÇÃO DE DANIEL NOBOA APROFUNDA TENSÕES POLÍTICAS NO EQUADOR EM CENÁRIO DE INSTABILIDADE E DENÚNCIAS CONTESTADAS¹

Daniel Noboa garantiu sua permanência na presidência do Equador ao vencer o segundo turno das eleições com 55,63% dos votos válidos, superando a candidata da oposição, Luisa González, que obteve 44,37%. A votação ocorreu em um contexto nacional de grave crise de segurança, escalada da violência ligada ao narcotráfico e desconfiança generalizada nas instituições democráticas.

Logo após o anúncio oficial do resultado, González e o movimento Revolução Cidadã, liderado pelo ex-presidente Rafael Correa, questionaram a lisura do pleito, apontando supostas inconsistências nas atas eleitorais e divergências entre os números oficiais e as pesquisas de boca de urna. Ainda assim, missões de observação da União Europeia e da Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmaram que o processo foi transparente, seguro e livre de fraudes sistemáticas.

O Tribunal Contencioso Eleitoral (TCE) rejeitou os pedidos de anulação, encerrando as vias jurídicas para reverter o resultado, o que consolidou o novo mandato de Noboa, agora com quatro anos completos pela frente. Em seu discurso de vitória, o presidente prometeu endurecer o combate às organizações criminosas, além de aprovar reformas econômicas voltadas à atração de investimentos e ao controle fiscal.

Apesar da reeleição, a polarização política no país se intensificou. O embate entre os apoiadores do atual presidente e os correístas — como são conhecidos os seguidores de Rafael Correa — tem alimentado divisões sociais profundas e dificultado a construção de consensos no Legislativo. A governabilidade de Noboa dependerá da capacidade de articulação política diante de um Congresso fragmentado e de uma população cada vez mais desconfiada do sistema político.

► **Análise geopolítica: crise institucional e redes criminais transnacionais como ameaça à democracia andina**

A vitória de Daniel Noboa se insere em um cenário regional marcado por retrocessos democráticos, ascensão de líderes polarizadores e crescimento das economias ilícitas. O Equador, historicamente posicionado entre as duas maiores potências de produção de cocaína do mundo — Colômbia e Peru —, passou de país de trânsito a epicentro do narcotráfico na costa pacífica sul-americana, com portos como o de Guayaquil sendo disputados por cartéis internacionais.

Essa “mexicanização” do crime organizado equatoriano desafia não só o governo local, mas também a segurança regional e hemisférica, afetando diretamente os fluxos migratórios, a estabilidade econômica e a confiança nas democracias latino-americanas. Organizações como o DEA (dos EUA) e a Europol vêm acompanhando de perto a atuação de grupos armados como “Los Choneros” e “Los Lobos”, cuja influência ultrapassa fronteiras nacionais.

Em termos políticos, o processo eleitoral equatoriano revela uma tendência crescente de judicialização da política e questionamento da legitimidade institucional, fenômeno que já se observou em outros países da região, como Peru, Bolívia e Guatemala. A tentativa de descredibilizar os resultados eleitorais, ainda que infundada, fragiliza as estruturas democráticas e pode abrir margem para tensões institucionais mais graves no futuro.

Sob essa ótica, a permanência de Noboa no poder pode representar uma tentativa de estabilização, mas está longe de ser garantia de governabilidade. O presidente precisará equilibrar o enfrentamento ao crime com o respeito às garantias democráticas, negociar com forças políticas diversas e assegurar apoio internacional para frear o avanço das redes criminosas e preservar a ordem constitucional.

¹ <https://www.infomoney.com.br/mercados/noboa-e-reeleito-no-equador-com-promessa-de-endurecer-combate-ao-crime/>